

XVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFJF

Grande área:

Ciências Sociais Aplicadas

Projeto:

OS ANIMAIS COMO SUJEITOS DE DIREITO: UMA IMPOSSIBILIDADE FILOSÓFICO-JURÍDICA

Autores:

EDUARDA CELLIS DA SILVA CAMPOS (II PROGRAMA DE APOIO À INSTALAÇÃO DE DOUTORES)

BRUNO AMARO LACERDA (ORIENTADOR)

Resumo:

Entre as indagações suscitadas pela Bioética contemporânea, uma pergunta tem se destacado: os seres humanos possuem deveres de justiça em relação aos animais? Inicialmente buscamos explicitar o que se entende por justiça e, para tanto, dialogamos com obras do filósofo Ernst Tugendhat e com os defensores dos direitos dos animais, visando mostrar que mesmo estes admitem não haver espaço para uma simetria entre humanos e não-humanos, fato imprescindível para a configuração do dever de justiça. Analisando a justiça distributiva, verificam-se duas posições sobre o tema: a aristotélica, que defende o igual somente àqueles que merecem igualmente, e a igualitária, segundo a qual os bens devem ser distribuídos igualmente entre todos, sendo limitada pela discriminação primária, que admite a existência de valor diferente entre os homens, e pela discriminação secundária, que engloba todas as formas de distribuição desigual, mas pressupõe que todos têm o mesmo valor. Os sistemas morais atuais só aceitam discriminações secundárias, que não atentem contra o princípio ético do valor igual. Analisando a discussão sobre os direitos dos animais, filósofos como Peter Singer e Martha Nussbaum defendem o princípio básico da igualdade e a condição dos animais como sujeitos de justiça e não apenas como objetos de compaixão, mas atribuem diferentes valorações para as formas de vida, conferindo à vida humana um valor superior à dos animais. Considerando a tese de Tugendhat, conferir valores distintos aos seres enquadra-se no conceito de discriminação primária e, ao estabelecê-la, tais autores demonstram a inviabilidade teórica da inclusão dos animais no conceito de justiça, o qual pressupõe uma natural igualdade entre os seus sujeitos destinatários. Embora a compaixão faça parte da moral, não constitui seu fundamento, logo, deveres de compaixão não são considerados deveres de justiça. Os seres humanos possuem uma obrigação moral para com os animais, sendo estes objetos e nós os sujeitos desse dever que necessariamente depende dos nossos sentimentos compassivos e não de um valor intrínseco (a dignidade) que eles não possuem. Com isso, nós os excluimos da atribuição de direitos, prerrogativa exclusiva das pessoas, mas reservamos-lhes uma proteção moral que se justifica pela sua fragilidade diante da

nossa presença no mundo.